



Plantão Fiscal

Impresso Especial

99122279069-DR/RS

AGAFISP-ASS. GAÚCHA DE AUDITORES FISCIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

-- CORREIOS --

AGAFISP

Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

Ano 33 | Nº 145 | OUTUBRO de 2020

Maior integração com associados é meta da nova Diretoria

Leia também

REFORMA ADMINISTRATIVA PREOCUPA AUDITORES
PÁG. 3

MANTENHA SEUS DADOS ATUALIZADOS
PÁG. 7

TABELA MEDE O RISCO DE CONTÁGIO POR CORONAVÍRUS
PÁG. 8

Plantão Fiscal é uma publicação da Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Agafisp) Circulação nacional dirigida Tiragem: 1 mil exemplares Endereço: Rua Siqueira Campos, 1171, 10º e 11º andares CEP 90010-001 – Porto Alegre (RS) Fones: (51) 3224-4355 | 3224-6329 | 9 9342-5296 Fax: (51) 3224-6611 Site: www.agafisp.org.br E-mail: agafisp@agafisp.org.br

DIRETORIA**Presidente**

Luiz Carlos Santos da Silva

Vice-presidente

José Amilton Vieira Freire

Diretora Administrativa

Tânia Maria Faria Garcia

Diretor Financeiro

Cláudio Roberto Dornelles Macedo

Diretor Financeiro Adjunto

Nereu Alberto Finck Capeletti

Diretor de Política de Classe

Wilson Antonio Romero

Diretora Cultural, Social e Esportiva

Elisabete dos Santos Diniz

Diretor de Aposentados, Pensionistas e Serviços Assistenciais

Odete Luiza Denardin

Diretor Jurídico

Rudimar Nunes Fraga

CONSELHO DELIBERATIVO

Natos: Aloísio Jorge Holzmeier, Basil Sefton, Bruno Fioravante Gemin, César Roxo Machado, Dulce Willenbring de Lima, Hugo Mallmann de Miranda, José Amilton Vieira Freire (licenciado), Maria do Carmo Costa Pimentel, Maria Erbênia Ribas Camargo, Marville Taffarel, Tânia Maria Faria Garcia (licenciada), Terezinha dos Santos Wilges e Wilson Antonio Romero (licenciado).

Eleitos: Antonio Augusto Cavalheiro Pires, Beatriz Machado Floriano, Cilésia de Vargas Veiga, Clecy Carnieletto Muller, Dilma Oliveira da Silva, James Daltei Kadletz, João Ressoly Ferreira, Liége Maria de Souza, Luisa Salete Dalla Zen, Luiz Ubirajara Mezomo, Maria de Lourdes de Castilhos, Mateos Augusto Paludo e Paulo Roberto Finger.

CONSELHO FISCAL

Titulares: Felício dos Passos Brum, João Carlos Roldan Filho e João Evair Hugo.

Suplentes: Carlos Fernando Schuch, Camilo Fragata dos Santos Neto e Luiz Fernando dos Santos Pereira.

PLANTÃO FISCAL**Jornalista responsável**

Wilson Antonio Romero - DRT/RS 8236

Diagramação e Planejamento Gráfico

Marina Rodrigues

Impressão: Gráfica Jacuí**Fotos:** Agafisp, ANFIP e arquivo

A reforma administrativa e o loteamento do Estado

O governo federal enviou à Câmara dos Deputados no início de setembro a reforma administrativa há tanto anunciada e postergada por razões técnicas e políticas, agravadas pela pandemia que, desde março, assola o país.

Há diversos aspectos envolvidos nessa Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, mas, basicamente, ao modificar 12 artigos da Constituição Federal (CF), com supressões ou revogações parciais ou integrais e acrescentar cerca de uma dezena de regras transitórias, o governo foca em duas questões primordiais: a eliminação do Regime Jurídico Único (RJU) e o fim do instituto da estabilidade.

Se aprovado como está o texto, o RJU (Lei 8.112/1990), determinado pelo artigo 39 da CF/88, em sucessão ao anterior Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei 1.711/1952) será desmembrado em cinco tipos de contratação nos entes públicos: a) vínculo de experiência, b) vínculo por prazo indeterminado (sem estabilidade), c) cargo típico de Estado (com estabilidade), d) vínculo por prazo determinado (temporário), e) cargo de liderança e assessoramento (equivalente aos atuais cargos de confiança).

Com isto, parece uma volta ao passado, com a extinção da exigência de concurso público para a maioria das admissões públicas, tal qual os celetistas pré-CF/88, que por beneplácito dos constituintes de então, transformaram-se, numa tacada, em estatutários. Cerca de 300 mil pessoas foram efetivadas e passaram a fazer jus à estabilidade, integralidade e paridade, em decorrência desta regra casuística benevolente, por estarem trabalhando nos órgãos da União desde 1983, sob o regime da CLT.

Ao mesmo tempo, o governo propõe fim ao instituto da estabilidade que surgiu no Brasil em 1915 com a Lei nº 2.924/1915, foi recepcionado pela CF de 1934 e desde então tem sido mantido em todas as Cartas Magnas nacionais.

Antes da CF/88 era direito conferido após dois anos de efetivo exercício e o servidor só perderia o cargo por infração disciplinar grave apurada em processo administrativo disciplinar (PAD).

A partir de 1988, a estabilidade passou a ser conferida após três anos ao servidor admitido em concurso público e aprovado

em avaliação de desempenho, sendo possível a demissão nos casos de sentença judicial transitada em julgado, processo administrativo disciplinar e insuficiência de desempenho.

Em hipótese alguma, configurou-se, ao longo dos tempos, a estabilidade como um privilégio inamovível. Apesar de a avaliação de desempenho ainda carecer de regulamentação, tal fato não impediu a União, por exemplo, de demitir servidores, mesmo sendo estáveis.

Desde 2003, foram cerca de oito mil servidores demitidos “a bem do serviço públicos”, por diversas razões, desde desídia até corrupção, negligência e abandono.

Portanto, não há que se falar em blindagem dos servidores, mas sim, em proteção do interesse público coletivo ao impedir perseguições políticas e pessoais e evitar que órgãos públicos percam profissionais qualificados, ao livre arbítrio do governante da hora.

Da mesma forma, se extinto o RJU, abre-se a porta para a contratação de apaniguados dos inquilinos dos palácios que se alternam a cada eleição, eliminando a memória, a profissionalização necessária ao bom atendimento à cidadania, por fim, loteando o Estado de maneira a fazê-lo sucumbir, dentro dos preceitos ditados pelo Senhor Mercado e dos princípios do Estado Mínimo tão defendido pelos liberais e privatistas.

Ninguém pode ser contra aperfeiçoar, melhorar o serviço público, em todos os Poderes e esferas de governo, fazendo assepsias em exageros e excessos.

Mesmo com suas carências, o brasileiro sofreria muito mais na maior crise sanitária de todos os tempos, se não houvesse um serviço público de qualidade. Nos hospitais, na segurança pública, na diplomacia, no atendimento virtual, e, na maioria expressiva das atividades, que permaneceram, mesmo em teletrabalho ou sofrendo os riscos da atividade presencial, atendendo aos cidadãos.

Mas é muito preocupante a possibilidade de precarização do serviço público, no cenário que se avizinha se prosperar a tramitação dessa PEC, nos moldes como concebida.

Reforma Administrativa preocupa Auditores

Uma reforma, três etapas

Fase 1

Encaminhamento de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com as regras gerais que deverão ser observadas pelos futuros servidores que ingressarem no serviço público após aprovação das mudanças

Fase 2

Assim que a PEC for aprovada, o governo encaminhará um Projeto de Lei Complementar (PLP)* e seis Projetos de Lei (PL)** para regulamentar as novas diretrizes fixadas no texto emendado à Constituição. Os temas são os seguintes:

- Gestão de desempenho
- Consolidação de cargos, funções e gratificações
- Diretrizes de carreiras
- Modernização das formas de trabalho
- Arranjos institucionais
- Ajustes no estatuto do servidor

Fase 3

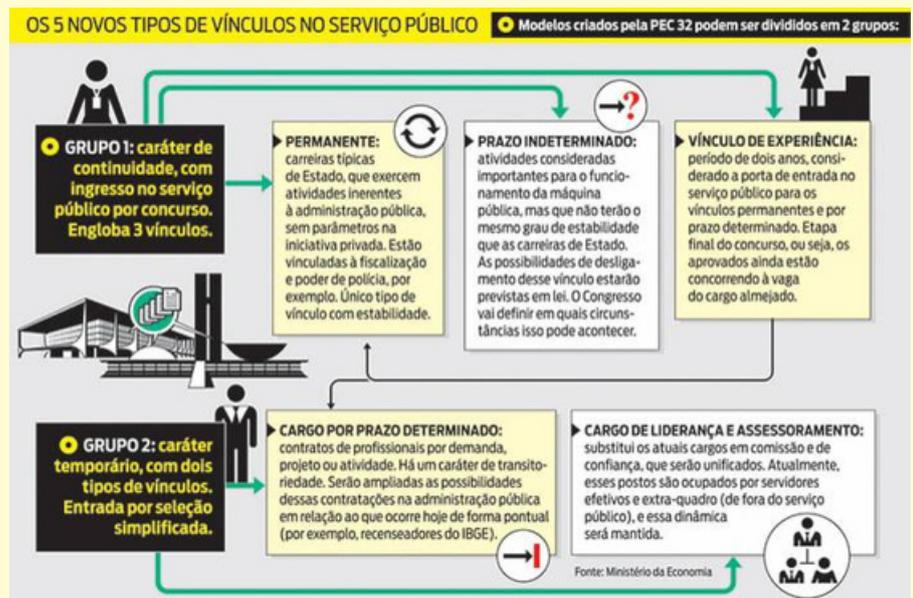
Para concluir a reforma, o governo encaminhará um último Projeto de Lei Complementar que consolidará a nova cara do serviço público. A proposta contemplará os seguintes pontos:

- Novo marco regulatório das carreiras
- Novas regras sobre remuneração
- Direitos e deveres do servidor público

Fonte: Ministério da Economia

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, em 3 de setembro de 2020, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 32/2020, com mudanças expressivas em inúmeros dispositivos da Constituição Federal, em especial no que tange à administração pública dos Três Poderes e das diferentes esferas de governo e a relação com os servidores públicos em geral.

Conforme sua ementa, o referido projeto “altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa”, modifica 12 artigos da Constituição Federal (CF), com supressões ou revogações parciais ou integrais e acrescenta cerca de uma dezena de regras transitórias.



ANFIP lança hot site sobre a Reforma Administrativa

Além da íntegra da Proposta de Emenda Constitucional 32/2020 e sua Exposição de Motivos, a página digital contém notícias, notas técnicas e públicas, estudos, cartilhas, vídeos e o mais amplo material sobre os diversos aspectos acerca das pretendidas mudanças na estrutura do ser-

viço público nacional.

O conteúdo está disponível para download, contendo ainda links úteis de outras fontes confiáveis sobre o tema.

Com a curadoria da Assessoria de Estudos Socioeconômicos, ocupada pelo Diretor de Política de Classe da Agafisp, Wilson Romero, e com apoio das equi-

pes de Comunicação Social e Tecnologia da Informação da ANFIP, o portal também recebe sugestões de aperfeiçoamento pelo endereço de e-mail ouvidoria@anfip.org.br ou diretamente no site oficial da entidade.

Acesse <https://bit.ly/3j4PPGY> e saiba tudo sobre a PEC 32/2020!

Palavra do Presidente

A Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Agafisp está presente na vida do Auditor Fiscal do RS há mais de 58 anos, sendo assim, como sempre fez e continuará fazendo, estará sempre ao lado do auditor na defesa dos interesses da classe. Somos sabedores da real situação política e econômica do atual momento, que passa a sociedade brasileira, que é totalmente desfavorável ao funcionalismo público federal. Desta forma, devemos nos unir em torno de nossas associações (ANFIP/AGAFISP) e demais associações e sindicatos e irmos na defesa de nossos interesses junto ao governo federal. Vamos sempre estar atentos na busca da verdade, haja vista as companhas difamatórias que a classe vem sofrendo e as nossas entidades quase nada fazem no contraditório.

Na atual conjuntura, fazer promessa talvez não seja a melhor política, visto que nossos direitos pouco são respeitados e nossas solicitações não encontram apoio das autoridades constituídas nos Poderes Legislativo e Executivo. A luta deve ser outra, devemos nos unir para termos uma República Federativa verdadeira onde os princípios democráticos sejam realmente reconhecidos e respeitados por todos os Poderes. Não podemos conviver com governos centralizadores que apenas veem o capital como solução, não se importando como o bem estar de seu povo que é a razão de ser do Estado. Não acredito em salvador da pátria. Nos cento e trinta e um anos da República, ainda somos um país onde a injustiça com os menos favorecidos está presente, em grande escala. Uma nação que permite termos políticos profissionais que se acomodam nos cargos com altos salários em todos os níveis, não vejo que esse ente se movimentará no sentido de ir à luta por um irmão que receba um salário mínimo de R\$ 1.045,00, enquanto outros irmãos têm salário superiores a 40, 50 e até mais de 70 vezes mais.

Sendo nossa associação um ente de integração, nesse momento estamos sempre a disposição de nossos associados na busca de soluções para podermos melhor prestar nossos serviços associativos. Atuando junto aos órgãos da Receita Federal do Brasil e do Ministério da Economia e à classe política organizada visando os pleitos que forem justo, para que a classe dos Auditores Fiscais seja valorizada e respeitada.

A AGAFISP em seus quase sessenta anos reconhece na entidade nacional, a ANFIP, uma grande aliada de primeira hora, na defesa dos interesses da Auditoria Fiscal bem com dos seus servidores e da sociedade em geral no que tange a assuntos previdenciários e tributários, na busca das justiça fiscal e social. Sempre nos levantaremos quando esses princípios forem desrespeitados.

Neste momento de grandes preocupações sociais, em decorrência da pandemia, não há como promover atividades presenciais de integração com nossos associados. Para o futuro, ao qual não temos o condão de estimar quando, deveremos realizar atividades visando estar mais próximos de nossos associados em todos os rincões de nosso Rio Grande do Sul, sejam ativos, aposentados ou pensionistas. A casa é nossa, colegas, e tão logo tenha autorização das autoridades sanitárias, voltaremos ao nosso atendimento presencial, na busca de poder sanar todas as dificuldades que nossos associados ativos e aposentados/pensionista venham a ter. Rogo ao bondoso Deus que nos ampare nessa nobre missão de estar à frente dessa valorosa instituição e que nossas decisões sempre sejam as mais justas e democráticas, visando o bem de todos e se podemos prometer alguma coisa nesse momento é que a Diretoria muito trabalhará para corresponder a confiança de todos os associados. (Luiz Carlos Santos da Silva)

PRESIDENTE



LUIZ CARLOS SANTOS DA SILVA: Natural de Porto Alegre (RS), bacharel em Ciências Econômicas (PUC/RS), Professor do ensino médio (Faculdade São Judas Tadeu), e bacharel em Políticas Públicas (UFRGS). Auditor Fiscal aposentado, ingresso na Carreira em 1989 (INSS), mas desde 1976 estava no INPS como Agente Administrativo. Neste período exerceu atividades externas de fiscalização, foi assessor do Gerente Regional de Fiscalização, exerceu atividades de supervisão operacional nas Gerências Regionais de Arrecadação e Fiscalização, atuando também na Procuradoria Regional do INSS, na Auditoria Regional, na Assessoria de Pesquisa Estratégica, todas em Porto Alegre, na Auditoria Regional em São Paulo, na Corregedoria em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Recife, Manaus e Rio Grande do Sul. Na AGAFISP, foi membro do Conselho Fiscal em 2017 e 2018, quando assumiu como Vice-presidente. No Sindifisco Nacional, foi membro do Conselho Curador de Assuntos Jurídicos (CCA), entre 2015 e 2017, tendo assumido como presidente do CCA entre 07/2016 a 12/2017. Foi também diretor da DS/POA.

DIRETOR FINANCEIRO



CLÁUDIO ROBERTO DORNELLES MACEDO: Natural de Santa Maria (RS), graduado em Engenharia Civil (UFSC), com especialização em Marketing (ESPM). Auditor Fiscal aposentado, ingressou na Carreira em 1993. Foi Chefe dos Serviços de Recuperação de Créditos e Cobrança da Gerência Executiva do INSS e da Delegacia da Receita Previdenciária de Porto Alegre (2000 a 2007). No período também foi substituído do Chefe da Divisão de Arrecadação e do Delegado da DRF/POA. Na Agafisp, foi Diretor Financeiro na gestão 2018/2020.

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO



NEREU ALBERTO FINCK CAPELETTI: Natural de Porto Alegre (RS), bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS), Auditor Fiscal ativo, na Carreira desde outubro de 1986 (ex-lapas). Já exerceu, na Agafisp, os cargos de Diretor de Política de Classe e Diretor Financeiro (1998 a 2000)

CONHEÇA A NOVA DIRETORIA

VICE-PRESIDENTE



JOSÉ AMILTON VIEIRA FREIRE: Natural de Dom Pedrito (RS), bacharel em Ciências Contábeis (São Judas Tadeu), Auditor Fiscal aposentado, tendo ingressado na Carreira em Janeiro de 1983 (ex-lapas). No INSS atuou na fiscalização externa de 01/1982 a 31/03/1992, tendo sido Chefe de Divisão de Arrecadação e Fiscalização no RS, Delegado da Receita Previdenciária em Porto Alegre. Na Receita Federal do Brasil, foi Superintendente Adjunto da SRRF10. Na Agafisp, foi Diretor Financeiro, Diretor Financeiro Adjunto, Diretor Administrativo e Presidente (2017 a 2018).

DIRETOR JURÍDICO



RUDIMAR NUNES FRAGA: Natural de Porto Alegre (RS). Bacharel em Ciências Contábeis (FAPCA), e em Ciências Jurídicas e Sociais (UFRGS). É Pós-Graduado Latu Sensu em Direito Administrativo Disciplinar (UNIFOR). Auditor Fiscal aposentado, tendo ingressado na Carreira em abril de 1987 (ex-lapas). No SINDIFISP/RS, exerceu os cargos de Secretário-Geral e Diretor Jurídico (1993 a 1997); no SINDIFISCO NACIONAL, foi Diretor Jurídico da DS/POA (2012 e 2018) e Diretor Jurídico Adjunto da Diretoria Executiva Nacional (DEN), em 2015 e 2016. Integra o Conselho Curador de Assuntos Jurídicos (CCA), representando a 10ª. Região Fiscal.

DIRETORA CULTURAL, SOCIAL E ESPORTIVA



ELISABETE DOS SANTOS DINIZ: Natural de Porto Alegre (RS), socióloga, especialização em Políticas Públicas e Estratégia em Saúde. Auditora Fiscal aposentada, tendo ingressado na carreira em 2010. Exerceu atividades na Divisão de Gestão de Pessoas, tendo sido, inclusive, Chefe Substituta. Foi membro da Comissão de Ética da Receita Federal do Brasil representando a SRRF10. Antes de se aposentar, recentemente, após 46 anos de serviço público, atuava na Equipe de Ações Judiciais da DRF/POA.

DIRETORA ADMINISTRATIVA



TÂNIA MARIA FARIA GARCIA: Natural de Porto Alegre (RS), bacharel em Administração Pública, formada pela PUC/RS. Natural de Porto Alegre/RS, Auditora Fiscal aposentada, ingressou na Carreira em 1989. Já trabalhava no INPS desde março de 1977, como Agente Administrativo. Em 1982, na carreira de Administradora, ocupou o cargo de Chefe de Equipe. No Sindifisp/RS, foi Diretora Administrativa (2005 a 2009) e na Agafisp, Diretora Administrativa (2010 a 2012) e Presidente (2014 a 2016).

DIRETOR DE POLÍTICA DE CLASSE



VILSON ANTONIO ROMERO: Natural de Porto Alegre (RS), bacharel em Administração Pública e de Empresas (UFRGS) e Comunicação Social (Jornalismo – Famecos/PUCRS), Auditor Fiscal aposentado, tendo ingressado na Carreira em abril de 1987 (ex-lapas), foi presidente da Anfip (2015-2017) e da Agafisp (1992 a 1993 e 1998 a 2000). No Sindifisco Nacional, foi presidente da DS/POA (2009 a 2013), integrou a Diretoria Executiva Nacional (2012 a 2014). Na Associação Riograndense de Imprensa - ARI, exerce o cargo de Diretor de Direitos Sociais e Imprensa Livre, desde 2010. Na Associação Brasileira da Imprensa - ABI, é conselheiro e membro da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e dos Direitos Humanos. Também diretor do Dieese - DF.

DIRETORA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E SERVIÇOS ASSISTENCIAIS



ODETE LUIZA DENARDIN: Natural de Porto Alegre (RS), graduada em Enfermagem (UFRGS), especialista em Saúde Pública e pós-graduada em Administração Hospitalar. Auditora Fiscal aposentada, tendo ingressado na Carreira em abril de 1987 (ex-lapas). Na Agafisp, exerceu os cargos de Diretora Cultural, Social e Esportiva e Diretora de Aposentados, Pensionistas e Serviços Assistenciais (2016 a 2020).

Nova diretoria assume com compromisso de integração

A posse da nova Diretoria da Agafisp, biênio 2020/2022, ocorreu na manhã do dia 1º de setembro no Espaço Social e Cultural da Agafisp em Porto Alegre. Na impossibilidade de comparecimento, os associados puderam acompanhar a solenidade pelas redes sociais, mediante transmissão ao vivo.

Em seguida, houve a primeira reunião da nova Diretoria, quando foram definidos o calendário de plantões na sede, as primeiras ações de integração e o planejamento dos trabalhos até o final do ano. O encontro foi realizado dentro das normas exigidas pelo Ministério da Saúde, em razão da pandemia do novo coronavírus.

O presidente, em sua exposição, fez questão de realçar que “gostaria de informar que estamos em um momento de transição, onde o nosso país através do atual presidente tem implementando grandes mudanças na estrutura dos funcionários públicos federais, principalmente dos que estão no Poder Executivo, sendo assim temos que estar mobilizados e procurando acompanhar o desenrolar desta última reforma (administrativa) que poderá trazer mudanças prejudiciais à todos funcionários ativos e aposentados. Assim é bom ficarmos participativos, pois somos formadores de opinião junto a todas as pessoas que estão em nossos contatos sociais. Vamos a Luta!”.



Integrantes eleitos assumem mandato

A posse dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agafisp para o mandato 2020/2022 ocorreu de forma virtual no dia 1º de setembro, com transmissão ao vivo pela plataforma Zoom para todos os convidados e convidadas.

A solenidade, que respeitou fielmente as medidas de prevenção à Covid-19, foi conduzida por Dulce Willebring de Lima.

Os novos integrantes eleitos do Conselho Deliberativo se juntam aos 13 ex-presidentes, considerados conselheiros natos. Foram empossados: Antonio Augusto Cavalheiro Pires, Liége Maria de Souza, Beatriz Machado Floriano, Luisa Salette Dalla Zen, Cilésia de Vargas Veiga, Luiz Ubirajara Mezomo, Clecy Carnieletto Muller, Maria de Lourdes de Castilhos, Dilma Oliveira da Sil-

va, Mateos Augusto Paludo, James Daltei Kadletz, Paulo Roberto Finger e João Ressoly Ferreira.

O Conselho Fiscal também inicia com nova composição, tendo como titulares: Felício Dos Passos Brum, Carlos Fernando Schuch e João Carlos Roldan Filho; e como suplentes: Camilo Fragata dos Santos Neto, João Evair Hugo e Luiz Fernando dos Santos Pereira.

Mantenha seus dados atualizados

Toda e qualquer mudança nos dados cadastrais de nossos associados (novo endereço, telefone fixo ou celular, indicação de dependente, correio eletrônico – e-mail), deve ser informada pelo telefone (51) 3224-4355 ou pelo e-mail agafisp@agafisp.org.br.

Aniversariantes

Outubro

- 1 – Mauro Mallmann Graziadei
- 2 – Celina Demoliner, Jorge Vilmar Dockhorn e Rosana Nolde Aydos
- 6 – Luiz Sérgio Chaves de Souza
- 7 – Flávio Pereira Leite e Thalia da Silva Dornelles
- 8 – Zilah Noelly Mabile Falci e Zoé da Silva Souza
- 9 – Maria Marta Breyer Kosciuk
- 10 – Arlete Schmidt Allgayer e Maria dos Anjos Fonseca dos Santos
- 11 – Sergio Zani dos Santos, Teresinha de Jesus Wamosy de Oliveira e Wilson Renato Barsante Machado
- 12 – Laci Batista Ferreira
- 13 – Ilma Joana Dullius e Maria Amália Castro Duarte
- 14 – Antonio Carlos Sequeira Lavoura e Gilberto Silva da Veiga
- 15 – Ana Maria Drechsler Provenzi, Ivone Rodrigues Loss, Jacob Luiz Lazzaretti e Orlando Liska
- 16 – Eduardo Greggianin, Marville Taffarel e Ornélio José Kirst
- 17 – Catarina Fortes Brum, Izara Therezinha Aquino de Campos Velho e Maria Nadir Correa Garcia
- 18 – Eraldo Luiz do Amaral Filho
- 20 – Anna Suely Rebello Green
- 21 – Zeni Therezinha da Luz Santana
- 22 – João Batista de Oliveira
- 23 – Edina Sanseverino e Jacques Castiel Burd
- 24 – Odete Koche Trindade
- 25 – Jacqueline Campos da Fonseca e Martha Therezinha Vargas Costa
- 26 – Alba Maria Silva Martins e Marcelo Ramos Oliveira
- 27 – Déa Therezinha Gonçalves Bender, Marco Antonio Guimarães de Barros e Maria Lenir Beza
- 28 – Eva Therezinha Severo da Silva
- 29 – Erna Neumaier Kelling, Marlise Sander, Roger Odillo Klafke e Werner Egon Pruffer
- 30 – Cândida de Lourdes Vasconcellos, Elisabete dos Santos Diniz, Luiz Ismar Cardoso Floriano Machado e Ruth Moreira da Costa
- 31 – Helio Muller

Novembro

- 3 – Tatiana Franzen Alves
- 4 – Vânia de Oliveira Trindade
- 5 – João Dorival Xavier de Souza
- 6 – Acmene Maria Inda Fraenkel, Carlos Eduardo Barcellos Dieguez e Rui Fernando Leal Gonzaga
- 7 – Jairo Luiz Fontoura Botelho e Vera Maria Hugo da Rocha
- 8 – Suelci Pereira Silva e Tania Bertoni de Araujo
- 9 – Cecília Dutra Pillar, Clélia Flores da Silva e Sônia Rejane de Almeida
- 10 – Glorivaldo Barcelos da Silva
- 11 – Beatriz Salton Peretti, Elaine Cunha Cavalheiro e Harvey Ciulla de Almeida
- 12 – José Amilton Vieira Freire
- 15 – Celso Both e Nara Elena Dante Diniz
- 16 – Armando Leonardo Quos e Zaida Santos Machado Cusato
- 17 – Consuelo Silveira Muller e Rosemarie Mattos Barcellos
- 18 – Guisela Anízia Konzen, Maria Bernardete Enriconi Bernardi, Maria Luísa Carvalho Cestari e Selma Machado Canfield
- 19 – Luisa Salette Dalla Zen e Olíria Cagnin
- 20 – Ana Adélia Birck, Daniela Lopes e Izabel Muller Mata Schultz
- 22 – Demétrio Soares Lopes, Eva Zenaide Medeiros Bittencourt, Patrícia Peixoto Cordeiro e Sirlene Teresinha Rodrigues da Silva
- 23 – Celestino Tadeu Argenti, Erenita Veronica de Souza, Lirio Altiro Kothe e Nilce Teresinha Bettin Candido
- 24 – Elsi Schreiner Bertoncello
- 26 – Dalila Soares Indrusiak, José Maria Salatino, Liane Beatriz Kehrwald e Rosa Maria Oliveira Sotero
- 27 – Dão Real Pereira dos Santos, Gecy Greipel das Neves e Nereu Alberto Finck Capeletti
- 29 – Camilo Fragata dos Santos Neto
- 30 – Ana Maria Martins e Bruno Feliciano Haab

Dezembro

- 1 – Eloy Rodrigues da Cruz
- 2 – Ênio Moacir de Oliveira Maeski
- 5 – Caramuru Oliveira e Nina Rosa de Oliveira Dias
- 6 – Edith da Silva Guaraldi, Léa Rocha de Campos Moraes e Marialice Paulo Garcia
- 7 – José Carlos Soares
- 8 – Rita de Cássia Oliveira Soares
- 9 – Jurema Nunes da Silva e Maria Ivonete da Costa Braga
- 10 – Joaquim José Pedroso Borges, Maria Regina Gomes Lobo e Valdir Lopes Antunes
- 11 – James Daltei Kadletz e Valmir Dias Alves Machado
- 13 – Jussara Pacheco Valle, Lelia Diehl Mainieri e Valmor José Lazzari
- 14 – Nelcir Teresinha Perachi
- 17 – Clari de Nadal dos Santos
- 18 – Zeldá Leonhardt Braga
- 19 – Jussara Torrano Lawall e Marcos Collatto
- 20 – Daniel Almeida, João Antero Leite Freitas, Luiz Weschenfelder e Waldir Curvelo
- 22 – Eloá Machado Miller
- 22 – Cedúlia Nery Kerber e José Fortunato Zavaglia Kruger
- 23 – Dario Nunes Trogildo e Marlene Amanda de Jesus
- 24 – Maria Inês Borges Avila, Olga Conceição Manni e Renato José Scheirr
- 25 – Ermi Souto dos Santos e Inês Eva Dutkevitz
- 26 – Liége Maria de Souza2
- 8 – Eurico Cervó, Mateos Augusto Paludo e Sarita Eloiza Caruso
- 29 – Amábele Moro de Mello
- 30 – Janice Irene Sefferin Gonçalves Dias e Luiz Carlos Corrêa Braga
- 31 – Araquém Ferreira Brum

Agafisp participa de debate sobre o bônus

Em outubro, o Conselho de Representantes da ANFIP se reuniu para debater a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6562, apresentada pelo Procurador Geral da República, Augusto Aras, sobre o bônus de eficiência pago aos Auditores Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e aos Auditores do Trabalho. Após diversos esclarecimentos e debates, com a participação do advogado e consultor Luiz Fernando Silva (SC), que apresentou os fundamentos jurídicos dos prováveis efeitos da ADI, os presentes deliberaram recomendar ao Conselho Executivo o ingresso no STF com pedido de "amicus curiae" na referida ADI. O Presidente Luiz Carlos Santos da Silva participou da reunião virtual.



Preparação para a LGPD

Os cuidados com os cadastros de sócios, funcionários, fornecedores e prestadores de serviço foram pauta da Live Série ANFIP do dia 15 de outubro. O evento virtual contou com a presença de especialistas da nova legislação de proteção de dados e com a atenta participação de diretores e colaboradoras da Agafisp.

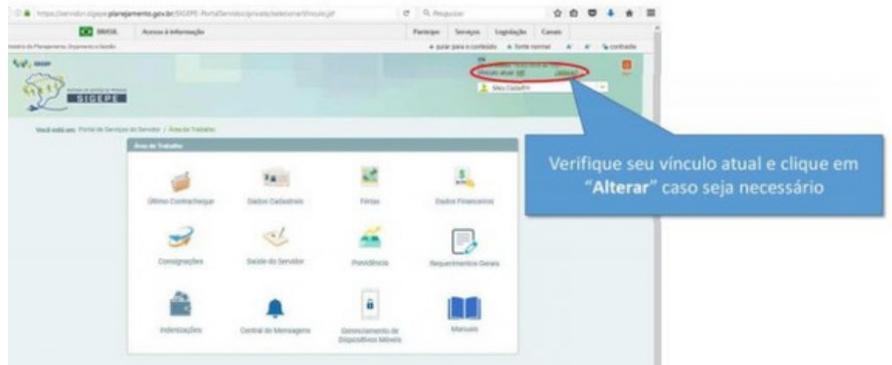


Confira informações de como obter o contracheque

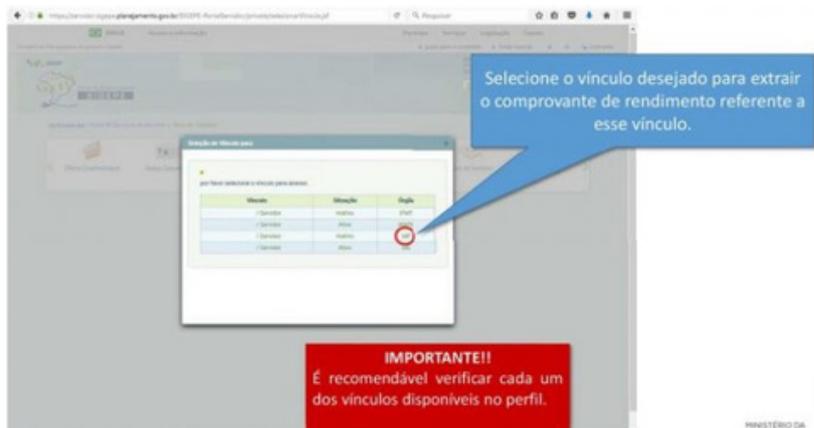
Associado aposentado ou pensionista, está com dificuldade de obter seu contracheque? Acesse <https://sso.gestaodeacesso.planejamento.gov.br>, faça seu login utilizando o CPF e senha ou por meio do certificado digital e siga as orientações abaixo.



Para emitir os contracheques de agosto em diante é preciso escolher o vínculo do DECIP. Para fazer a troca de vínculo, acesse o link <https://bit.ly/3dAz9G0> e confira o "TUTORIAL - TROCA DE VÍNCULO" ou siga as imagens abaixo.



Caso precise trocar o e-mail cadastrado no SIGEP, é preciso abrir uma conta no protocolo digital, utilizando o formulário disponível no link <https://bit.ly/3dw76Yq>. Acesse o endereço <https://bit.ly/2Hb4YJX> para saber como protocolar documentos junto ao Ministério da Economia. Lembrando que no protocolo digital também é necessário enviar, junto com o formulário, a imagem em frente e verso do RG.



Clique no link <https://bit.ly/31gkpYd> e confira o tutorial do Protocolo Digital ME. O Ministério oferece suporte para aqueles que tiverem alguma dificuldade nos e-mails protocolo@economia.gov.br e sei@economia.gov.br.

Tabela mede o risco de contágio por coronavírus

Depois de mais de seis meses da pandemia, já se sabe que o uso de máscaras, boa higiene e distanciamento social são as formas mais eficazes de prevenção contra a covid-19. Mas qual é a melhor maneira de fazer esse distanciamento? Em qual cenário a taxa de contaminação é maior ou menor? Com base em casos assintomáticos, pesquisadores da Universidade de Oxford e do MIT desenvolveram uma tabela que mede o risco de contágio ao considerar fatores como circulação de ar, tamanho da aglomeração e tempo de exposição ao vírus.

É necessário ficar sempre a 2 metros de distância das outras pessoas fora de casa? É possível encontrar amigos com segurança? Qual seria o local mais apropriado? São perguntas como essas que o estudo pretende ajudar a responder, apesar de ainda não determinar um tempo seguro de permanência em um

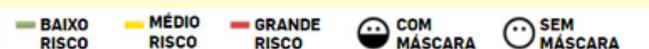
local ou o número máximo de pessoas que podem estar juntas – conversando, cantando ou até gritando – sem comprometer a saúde.

Segundo o artigo, publicado no periódico de saúde The BMJ, as regras atuais de distanciamento social – como os 2 metros entre duas pessoas – são simplificadas e datam de estudos feitos no século 19. De acordo com os pesquisadores, a delimitação dessa distância não leva em consideração outros fatores importantes. “Isso ignora a dinâmica da respiração, que emite gotículas úmidas e forma uma espécie de nuvem que as carrega por metros em poucos segundos. Após a desaceleração dessas nuvens, ventilação, padrões de fluxo de ar e o tipo de atividade realizada ganham importância”, diz o estudo. A carga viral do emissor, a duração da exposição ao vírus e a suscetibilidade do indivíduo à infecção também devem ser consideradas.

Os pesquisadores esperam que, ao estabelecerem graus de contágio de acordo com situações diferentes, as recomendações de distanciamento social possam promover maior proteção em cenários de alto risco e maior liberdade quando as características apontarem que o local é mais seguro.

Variáveis

As tabelas apresentadas no estudo têm como variáveis o local (fechado ou aberto), o nível de ocupação (alto ou baixo), atividade, tempo de contato e o uso ou não de máscaras. As estimativas se referem aos casos em que todos os indivíduos presentes estão assintomáticos. O estudo considera que as partículas de ar são emitidas pelos seres humanos em velocidades que variam de acordo com a atividade realizada – como falar, gritar ou cantar. A tosse e o espirro podem levar essas partículas a até 7 ou 8 metros de distância. Confira:



Período curto em local com baixa ocupação

	SEM MÁSCARA		COM MÁSCARA			
	SILÊNCIO		FALANDO		GRITANDO/CANTANDO	
	SEM MÁSCARA	COM MÁSCARA	SEM MÁSCARA	COM MÁSCARA	SEM MÁSCARA	COM MÁSCARA
Ao ar livre, bem ventilado	●	●	●	●	●	●
Espaço fechado, bem ventilado	●	●	●	●	●	●
Espaço fechado, mal ventilado	●	●	●	●	●	●

Período longo em local com baixa ocupação

	SEM MÁSCARA		COM MÁSCARA			
	SILÊNCIO		FALANDO		GRITANDO/CANTANDO	
	SEM MÁSCARA	COM MÁSCARA	SEM MÁSCARA	COM MÁSCARA	SEM MÁSCARA	COM MÁSCARA
Ao ar livre, bem ventilado	●	●	●	●	●	●
Espaço fechado, bem ventilado	●	●	●	●	●	●
Espaço fechado, mal ventilado	●	●	●	●	●	●

Período curto em local com alta ocupação

	SEM MÁSCARA		COM MÁSCARA			
	SILÊNCIO		FALANDO		GRITANDO/CANTANDO	
	SEM MÁSCARA	COM MÁSCARA	SEM MÁSCARA	COM MÁSCARA	SEM MÁSCARA	COM MÁSCARA
Ao ar livre, bem ventilado	●	●	●	●	●	●
Espaço fechado, bem ventilado	●	●	●	●	●	●
Espaço fechado, mal ventilado	●	●	●	●	●	●

Período longo em local com alta ocupação

	SEM MÁSCARA		COM MÁSCARA			
	SILÊNCIO		FALANDO		GRITANDO/CANTANDO	
	SEM MÁSCARA	COM MÁSCARA	SEM MÁSCARA	COM MÁSCARA	SEM MÁSCARA	COM MÁSCARA
Ao ar livre, bem ventilado	●	●	●	●	●	●
Espaço fechado, bem ventilado	●	●	●	●	●	●
Espaço fechado, mal ventilado	●	●	●	●	●	●

Reprodução: O Estado de São Paulo/Estadão